

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2008**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Agosto do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Joana Baptista Vidinha, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e José Carlos da Silva.-

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião. -----

-----Apesar desta reunião, nos termos legais, não ser pública, o local da sua realização, a presença de público, de imprensa e a concessão de um período aberto à participação do público descaracterizou-a de privada, como estava previamente prevista.-

-----**PERÍODO DO PÚBLICO**-----

----No Período do Público do dia usou da palavra o Senhor Manuel Botas Pombas, como representante de um grupo de cinquenta e oito moradores que habitam na faixa leste de Fazendas de Almeirim, e questiona o Senhor Presidente quando a Autarquia prevê o alcatroamento daquela zona a fim de permitir um maior desenvolvimento. Acrescenta que se vêem prejudicados em relação aos outros habitantes da mesma localidade, uma vez que a falta de asfalto está a impedir o desenvolvimento daquela artéria.----

-----O Senhor Presidente esclareceu que a zona em questão tivera o desenvolvimento correspondente ao que estava classificado no Plano Director Municipal, como urbano e neste momento estão a preocupar-se com o levantamento topográfico daquela zona, dado que vai ser feita por funcionários da Autarquia e não por fundos

comunitários.-----

-----O Senhor Manuel Pombas refere que teve conhecimento que a estrada que parte do cemitério até à Quinta da Fonte Velha (Rua Libério António de Freitas) já está como asfaltada há cerca de dezoito anos, e pergunta onde é que esses dinheiros foram aplicados .-----

-----O Senhor Presidente pretende que lhe sejam fornecidos mais elementos sobre a informação acima referida e convocar o Senhor Presidente da Junta de Fazendas a fim de esclarecer a situação.-

-----É referido pela D. Rita, moradora na mesma artéria, que os residentes se encontram abandonados, a iluminação pública é muito fraca, a água chega às casas sem força, não existe um jardim para os idosos e crianças, não existe nada para distração dos jovens, os mini e super-mercados não existem. Os caixotes de lixo desenvolvem vermes, quando chove a lama impede a passagem e há zonas de buracos perigosos, onde os transeuntes caem repetidamente.-----

-----Às quinze horas e quinze minutos tomou lugar o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que reconhece a justiça das reivindicações apresentadas mas, no entanto, os intervenientes vivem fora da zona central de Fazendas, é impossível fazer chegar todas as infraestruturas às zonas rurais onde as pessoas entendem que têm o direito de residir. Os estabelecimentos comerciais não dependem da vontade da Câmara para se instalarem, embora tivesse sugerido que o Aldi se instalasse em Fazendas.

-----A D. Rita referiu que a maior evolução de Fazendas de Almeirim foi a construção de vivendas, bem como o campo de futebol, mas continuam a faltar jardins e locais para a juventude.-----

-----Um cidadão de Fazendas considerou que a principal iniciativa de que sentem necessidade os paroquianos é o alcatroamento do troço da artéria que tem estado em apreço, pois as viaturas provocam a projecção de gravilha, que partem as

telhas.-----

-----O Sr. Presidente considerou que a exigência de infraestruturas é uma reivindicação justa, designadamente se respeitar as possibilidades de construção previstas no PDM.-----

-----O Sr. Manuel Pombas perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se era possível apresentar por escrito as promessas que acabou de fazer à D. Rita.-----

-----Um outro munícipe referiu que a rua tem cada vez mais movimento e torna-se necessário alcatroar as que têm maior intensidade de tráfego.-----

-----A munícipe D. Rita perguntou quando é resolvido o problema da localização da pecuária, já que os cheiros são nauseabundos, a deposição de águas estagnadas em poças que interferem com a qualidade de vida.-----

-----O Sr. Presidente disse que solicitou a intervenção da Direcção-Geral do Ambiente que, até à presente data, não fez qualquer informação, pelo que vai insistir novamente junto daquele organismo.-----

-----No final da sua intervenção, os presentes entregaram ao executivo uma extensa declaração de residentes que não puderam comparecer nesta reunião por motivos profissionais mas que secundam a posição dos presentes quanto às obras necessárias na zona da sua residência.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia disse o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário:-----

-----"1 - Reunião Pública?-----

-----Fico surpreendido por verificar que esta reunião é pública, mas ainda bem que assim foi.-----

-----Para quem não quer ter de dar satisfações a ninguém, ter aqui cinquenta e sete munícipes a mostrar o seu desagrado, até com acusações graves sobre a sua gestão agradou-lhe, notoriamente, pouco. Sabe, é a democracia!-----

-----2- Saída da Golegã das Águas do Ribatejo-----
-----Quero notar este afastamento de mais uma autarquia da CULT das Águas do Ribatejo. É surpreendente e reveladora que nem os próprios presidentes das autarquias acreditam nesta famigerada empresa agora liderada pelo sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, na minha opinião, garantia de um fracasso total. Suponho que os abandonos não se fiquem por aqui, suponho também que o Dr. Veiga Maltez passará a proscrito, fazendo companhia ao Dr. Paulo Caldas e ao Dr. Moita Flores, suponho também que o nosso município estará interessado em adquirir a participação da Golegã e estoicamente acabará por ficar sozinho ou mal acompanhado nesta empresa virtual.-----

-----3 - Aldesc, em.-----
-----Face às respostas que me foram dadas, claras quanto às intenções de despedir todos os trabalhadores da Aldesc,em, solicito a V^a Ex^a me faculte o ofício enviado à CCDRLVT no dia vinte de Maio de dois mil e oito, onde decerto terão sido dado informações falsas, a julgar pelo teor da resposta.-----
-----Noto também que a resposta que me foi dada é perfeitamente incompleta.-----

-----V^a Ex^a não me informou qual o enquadramento legal que lhe tem permitido pagar aos funcionários, nem me informou sobre a situação de dois funcionários que desempenham tarefas na empresa municipal.-----

-----4 - Reunião Pública de Câmara de quatro de Agosto- É lamentável a forma como decidiu não realizar a Reunião Pública de Câmara de 4 de Agosto, é uma ilegalidade por manifesta violação dos pontos 3 e 4 do artigo 89º e alínea c) do ponto 1 do artigo 64º da Lei 169/99 com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002.-----

-----V^a Ex^a cometeu mais um ilícito criminal: Abuso de Poder.---
-----Gostaria de saber qual é a calendarização das reuniões para este mês.-----

-----5 - Intervenção do Público-----
-----Cinquenta e sete Municípios de Fazendas de Almeirim, em

representação de mais de trezentos, vieram a esta reunião, sem papas na língua, mostrar o seu completo desagrado pela actuação do município na zona onde residem, nas cercanias do cemitério de Fazendas.-----

-----As queixas prendem-se sobretudo com a falta de alcatroamento, o abastecimento de água (falta de pressão) e luz (potência insuficiente), a falta de zonas de lazer e recreio bem como de serviços básicos de abastecimento.-----

-----Com gravidade acusaram a Câmara de ter tido financiamento, há 18 anos, para alcatroar a Rua da Fonte Nova e Libério Freitas e ter gasto o dinheiro noutro local e de não ter tomado qualquer iniciativa em relação à pecuária ali existente que tem um cheiro nauseabundo e que foi há pouco tempo objecto de discussão e notícia pública.-----

-----O senhor Presidente, muito incomodado, prometeu que num ano faria toda a obra.-----

-----O pessoal queria essa promessa por escrito e ficaram mais descansados quando os informaram que ficaria em acta.”-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não teve a mesma sorte de saber que esta reunião era pública e acrescentou que já por duas vezes o Sr. Presidente viola o acto de convocação das reuniões e a sua obrigação, perante a anterior falta de quórum, era convocar outra reunião pública. Devia ter pedido a justificação dos Vereadores, o Sr. deveria ter adiado a sua reunião para perfazer o quórum necessário ou, caso necessário, convocar de imediato outra reunião. O que o Sr. tem é fraca apetência para conviver em democracia.-----

-----Acrescentou a mesma autarca que a imprensa regional informou que será assinado no dia quinze de Setembro em Almeirim o Protocolo O Dia Sem Carros, que porá as iniciativas locais no âmbito da mobilidade no topo do que será efectuado a nível nacional, o que é pura demagogia.-----

-----Disse ainda que a obra particular em execução na Rua Agnelo David, em Almeirim, ocupa demasiado espaço na via pública, pelo que deve ser mandada conter-se dentro de limites plausíveis com

a circulação automóvel e pedonal.-----

-----A mesma Sr^a Vereadora solicitou ainda o parecer da CCRLVT a respeito da limpeza da Vala de Muge, já pedido e até agora não entregue.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que o Partido Socialista já arrancou com a sua campanha eleitoral para as próximas eleições, dado que já distribui os panfletos de obras de construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim.--

-----Referiu que todos continuam à espera que seja efectuado o acesso à Conservatória através da rampa, a fim de permitir a acessibilidade de diminuídos motores.-----

-----O mesmo autarca disse, relativamente à construção do Estabelecimento Prisional, gostaria de saber se o Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim já celebrou um contrato-promessa visando os terrenos para construção da prisão.

-----Agradece ainda a resposta ao pedido de informação relativamente ao concurso de provimento de veterinário municipal; perguntou se a Escola de Marianos vai ser aberta no próximo ano lectivo; referiu que ainda não recebeu o movimento de pessoal da ALDESC que havia pedido; e declarou fazer suas as perguntas do seu colega Dr. Francisco Maurício.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Sr. Presidente que alega, com base no facto do concorrente Nogueira & Matias, Ld^a não ter, na sua exposição, apresentado nenhum dado novo que merecesse aceitação e, tendo em conta o parecer do consultor jurídico, propõe em definitivo a revogação da deliberação de dezanove de Junho de dois mil e oito que adjudicou a Nogueira & Matias, Ld^a a empreitada do Centro Escolar de Almeirim e a adjudicação ao concorrente imediatamente classificado, EcoEdifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA.-----

-----O parecer do consultor jurídico apresenta as seguintes conclusões:-----

-----"A resposta do concorrente não trás quaisquer elementos novos que permitam alterar o sentido da deliberação de vinte e um de Julho, pelo contrário, vem confirmar que, efectivamente, a lista de preços unitários não está completa;-----

-----Não é legalmente possível, face aos princípios da igualdade, concorrência, estabilidade e imutabilidade das propostas admitir a rectificação à lista de preços unitários, em particular, após o acto público;-----

-----Também não merece qualquer consideração, para este efeito, o facto de a revogação da deliberação poder causar prejuízos ao concorrente;-----

-----Improcedem, assim, os fundamentos invocados pela respondente no sentido de ser dada sem efeito a deliberação camarária de vinte e um de Julho;-----

-----Deve, portanto, deliberar-se, em definitivo, a revogação da deliberação de dezanove de Junho que adjudicou ao concorrente Nogueira & Matias, Lda, a empreitada de execução do Centro Escolar de Almeirim e consequente adjudicação ao concorrente imediatamente classificado, EcoEdifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha apresentou uma contra-proposta, no sentido de que seja anulado todo o concurso e seja lançado um novo concurso, por ser a forma mais clara e honesta de resolver esta situação.-----

-----Os Srs. Vereadores Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos subscreveram esta última posição, a que designaram por proposta B.-----

-----Foram então submetidas à votação ambas as propostas, de que resultou a seguinte votação:-----

-----Proposta A, apresentada pelo Sr. Presidente, aprovada por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra, dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Proposta B, apresentada pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha, reprovada por maioria, com quatro votos contra dos elementos do Partido Socialista no executivo e três votos a favor dos autarcas que a subscreveram.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se os Vereadores que avaliam as propostas têm competência legal para votar estas mesmas propostas e disse que gostaria de pedir um parecer jurídico sobre esta matéria.-----

-----Posto à votação a proposta do Sr. Presidente, designadamente, a revogação definitiva da deliberação de dezanove de Junho de dois mil e oito que adjudicou a Nogueira & Matias, Ld^a a empreitada do Centro Escolar de Almeirim e a adjudicação, também definitiva, ao concorrente imediatamente classificado, EcoEdifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos contra com votos de vencidos dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A proposta classificada em segundo lugar no ordenamento geral dos concorrentes e ora objecto de adjudicação, de EcoEdifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA apresenta o valor total de um milhão quatrocentos e trinta mil oitocentos e oito euros e noventa e cinco cêntimos a que acresce o IVA e reporta-se à proposta condicionada ao prazo de duzentos e quarenta dias.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido quanto à aprovação da proposta A apresentada pelo Sr. Presidente, pelas seguintes razões:-----

-----Primeiro, considero todo o processo de concurso estranho e pouco transparente, não permitindo aos Vereadores que não são eleitos pelo PS de acompanhar o processo para ficarem devidamente esclarecidos.-----

-----Relembro que o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso nunca veio a reunião do executivo nem foi facultado o seu acesso

aos Vereadores que não pertencem à maioria socialista.-----
-----Segunda, a verificar-se a situação que motiva a anulação da adjudicação, esta demonstra uma grande incompetência da Comissão da Avaliação das Propostas, da qual fazem parte o Vereador Pedro Ribeiro, a Vereadora Joana Vidinha e o Engº Rocha Pinto.-----
-----Terceira, é legítimo estranhar o facto de nenhuma empresa se ter apercebido do problema e ter apresentado reclamação.-----
-----Quarta, voto ainda contra por considerar que apresentei uma proposta alternativa, que foi, aliás, subscrita por dois Vereadores, que permitia repor transparência neste processo.-----
-----Para findar, queria que ficasse registado que qualquer atraso na construção do Centro Escolar de Almeirim é da única responsabilidade da maioria PS, pela incompetência e desleixo, e esperamos que só isso, demonstraram na condução deste processo. Mesmo para finalizar, espero que não apareçam trabalhos a mais no fim desta obra.”-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário leu a sua declaração de voto do seguinte teor:-----
-----“Voto contra e faço voto de vencido, pela segunda vez, já o fiz a vinte e um de Julho e inequivocamente. Confesso que ignorei mais este parecer do Dr. Vítor Batista, é demais tanta subserviência. Será que a Câmara não comete erros? Por tudo o que já fiz constar na Acta de vinte e um de Julho de dois mil e oito e porque:-----
-----A ECOEDIFICA ganha sempre !!!!!-----
-----Será que a conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas foram efectuadas pelos Serviços e se obedeceram ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis de um modo geral (DL nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, DL nº 59/99, de 2 de Março e DL nº 197/99, de 8 de Junho) e, em particular, às regras de instrução dos processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, definidas pela Lei nº98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto.-----
-----Será que o projecto é o adequado ou tem “erros graves” que

irão alterar o valor da empreitada?-----

-----Não será que as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais nesta empreitada podem vir a exceder o seu custo inicial em mais dez por cento?-----

-----Estando já em vigor o Código de Contratação Pública, entrou em vigor em trinta e um de Julho, que obriga a um maior rigor e transparência, qual a razão para esta "pressa toda"?-----

-----Consideramos que o projecto apresentado é um "não projecto" e não vemos motivos de tal modo fortes que levem inelutavelmente à conclusão de que a obra só possa ser confiada a uma entidade determinada, para usar os termos da lei". Não vimos qual é a urgência e não haja uma ponderação adequada de verificação se de facto o projecto não enferma de erros graves a não ser que "haja outros valores que desconhecemos, mas que não são de certeza inerentes ao interesse público.-----

-----Consideramos que se deveria realizar um novo concurso, e que o mesmo se de facto se verificarem os pressuposto por mim referidos, legalmente obrigatório, ao não fazê-lo implica, pela ausência de um elemento essencial ao acto, a nulidade do acto de adjudicação e, por essa via, do contrato dele decorrente (artigos 133º, nº 1, e 185º, nº1, do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro.-----

-----Porque é essa a minha convicção voto contra e faço voto de vencido."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido, primeiro, porque, apesar de na reunião de vinte e um de Julho passado o PSD se ter absterido na proposta de adjudicação, por considerar então que os motivos apontados não eram suficientes para votar contra todo o procedimento. Contudo, e após uma análise jurídica aprofundada ao procedimento concursal, cheguei à conclusão que o procedimento deveria ser anulado, de forma a salvaguardar o interesse público, a estabilidade dos contratos administrativos

e a correcção dos erros encontrados no Caderno de Encargos do procedimento.-----

-----Segundo, a par destes motivos e dada a trapalhada jurídica tentada, considero que deveria ser aberto um procedimento ao abrigo do Decreto-Lei nº 19/2008, em vez de se manter a execução de um contrato que nasce torto, ao abrigo de uma lei que foi revogada, o Decreto-Lei nº 55/99.-----

-----Terceiro, A verificarem-se atrasos na construção deste equipamento apenas se devem à incompetência política dos titulares que têm responsabilidades nesta matéria."-----

-----O Sr. Vice-Presidente justificou o seu voto:-----

-----"Esta aprovação está feita dentro das normas legais e a concretizar-se a tentativa de anulação deste concurso, a Câmara ficaria impedida durante um ano de fazer um novo concurso, o que lhes dava algum jeito, uma vez que atrasaria a construção em pelo menos um ano e dava azo a que se dissesse que Almeirim não aproveita as oportunidades de que dispõe. Mas isso não vai acontecer e quando for a inauguração terá o gosto de contar com a presença dos Srs. Vereadores da oposição numa obra tão importante para o Concelho."-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----- Agostinho Alexandre M. Castelo Pisco, oitenta de dois mil e oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----- Manuel José Baptista Flauzino, trezentos e quarenta A de

dois mil e seis; Pedro Miguel Bastos da Silva, seis; José Augusto Santos Castanheira Branca Proa, treze; Nuno Manuel da Silva Jeremias, vinte e sete; Célia Maria Rodrigues Marcelino Alves, sessenta e dois; Francisco Marques Leonor, sessenta e cinco; todos de dois mil e oito; Gonçalo Manuel Santos Brizio, vinte e quatroA de dois mil e sete; Manuel Maximiano da Silva; vinte e seis de dois mil e quatro; Valter António José Escrevente, setenta e sete de dois mil e oito.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Amaral & Filhos, SA, solicitando autorização para proceder à venda do lote número cento e sete da Zona de Actividades Económicas de Almeirim a Wheels Going - Unipessoal, Lda, com sede em Almeirim, já que o mesmo deixou de lhe ser útil, devido à conjuntura económica actual.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a transmissão, a qual só poderá efectivar-se mediante o pagamento prévio da compensação a que se refere o Artigo 54º do Regulamento respectivo, no montante de trinta e sete mil oitocentos e quarenta e oito euros e setenta e oito cêntimos.-----

-----O Sr. Presidente comunicou que, pela última alteração ao loteamento da Zona de Actividades Económicas, foram demarcados lotes, prometidos vender segundo uma lista de pedidos prévia e procedeu-se ao registo da alteração ao loteamento.-----

-----A empresa Xabigas - Revendedor e Distribuidor de Gás, Lda, a quem foi atribuído o lote cento e dezassete-B, pretende efectuar o pagamento integral e escritura de aquisição pelo que a Câmara deliberou, por maioria, vender o referido lote de terreno, de direito pleno, com a área de mil seiscentos e setenta e quatro metros quadrados e quarenta decímetros quadrados, ao preço de dezassete euros e quarenta e seis cêntimos por metro quadrado.-----

-----Absteve-se a Srª Vereadora Manuela Cunha pelos motivos de

sempre, por considerar que toda a informação dos assuntos da Zona de Actividades Económicas deviam ser facultados a todo o executivo.-----

-----LOTEAMENTO DE PAÇO DOS NEGROS - DESENHO URBANO - Sob proposta do Sr. Presidente, invocando um requerimento da interessada, a Câmara deliberou, por maioria, prometer vender a Maria Judite Coutinho Garcia o lote de terreno resultante da alteração à zona habitacional do loteamento de Paço dos Negros, pela qual se aglutinem vários lotes num único lote, com o número quarenta e quatro, com a área de mil novecentos e cinquenta metros quadrados e destinado a equipamento de apoio à terceira idade.-----

-----Votou contra e fez voto de vencido o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, que ditou a seguinte declaração de voto:---

-----"Voto Contra e faço Voto de Vencido, pois trata-se de dar satisfação às pretensões de um particular, de modo avulso e sem obedecer a qualquer tipo de visão de futuro, de ordenamento urbanístico com rigor e seriedade, que há muito se exige. Paço dos Negros exige com toda a urgência que seja elaborado um Plano de Pormenor global e estratégico para toda a localidade, que possa dar satisfação às reais necessidades da população e não de medidas avulsas que apenas e só favorecem o poder de 'discrecionarietà', geradoras de injustiças e de acções persecutórias sobre os cidadãos limitadoras do desenvolvimento e porventura geradoras benefício de interesses particulares e de 'eventuais situações de corrupção'."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que vota a favor da alteração do loteamento por entender que a construção deste equipamento, apesar de ser levada a cabo por um particular, serve o interesse da população de Paço dos Negros, que segundo os dados demográficos é de uma faixa etária bastante idosa. Faço votos que em primeira linha este lar satisfaça a população idosa de Paço dos Negros e não interesses particulares, designadamente a utilização desse espaço por

pessoas com rendimentos superiores.”-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que vota favoravelmente, fazendo fé na resposta do Sr. Presidente às suas perguntas sobre a concordância da interessada com a alternativa sugerida pelos serviços a nível de localização e de área e de que não há ninguém na lista de espera à frente desta senhora.---

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência na venda que Pedro Miguel de Jesus Esteves vai fazer, da fracção autónoma B, corresponde o rés-do-chão esquerdo, do bloco nove da Rua de Alpiarça, em Almeirim.---

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--

-----Rancho Folclórico da Raposa - quinhentos e sessenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos; Rancho Velha Guarda de Fazendas de Almeirim - trezentos e vinte e nove euros e trinta e um cêntimos; Rancho de Paço dos Negros - mil duzentos e dezassete euros e sessenta e um cêntimos; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim - cento e noventa e dois euros e cinquenta e nove cêntimos; Centro de Estudos Palmo e Meio - quatrocentos e quarenta e três euros e trinta e seis cêntimos; Jardim de Infância Conde de Sobral - cento e noventa e sete euros e setenta e oito cêntimos; CRIAL - setecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos; Instituto Conde de Sobral - trezentos e dez euros e oitenta e um cêntimos; Centro Paroquial - seiscentos e dezassete euros e trinta e três cêntimos; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros - duzentos e dezassete euros e vinte e seis cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - quatrocentos e dezoito euros e noventa e dois cêntimos; ASA - cento e setenta e nove euros e três cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista - trezentos e cinquenta euros e setenta e dois cêntimos; Associação de Apoio

às Famílias de Fazendas de Almeirim - quinhentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil setecentos e noventa e cinco euros e oitenta e um cêntimos.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, dando conta que se encontra por liquidar o valor referente a utilização da Colónia de Férias da Nazaré, no valor de cinco mil trezentos e dezanove euros, a fim de permitir uma nova estadia de outras crianças.-----

-----A Câmara deliberou pagar a importância referida.-----

-----Foi presente outra comunicação do mesmo Gabinete informando que Cristina Maria Pinto Rodrigues é mãe de dois filhos menores, que se encontra a realizar um Programa Ocupacional no Conde de Sobral e auferir um salário de quatrocentos e vinte e seis euros, o qual recai um desconto directo para pagamento de uma dívida via tribunal de cerca de noventa euros mensais, referente a uma dívida contraída pelo ex-marido, pelo que fica apenas com trezentos e trinta e seis euros dado que desde o ano passado que o pai não paga a pensão de alimentos dos filhos.-----

-----O agregado reside numa habitação cedida pela Santa Casa da Misericórdia, encontrando-se a proceder a algumas melhorias dado que a mesma se apresentava bastante degradada. Solicita apoio de tijolo areia e cimento para completar a construção do muro das traseiras que foi iniciada pelos antigos habitantes.-----

-----A Câmara deliberou conceder o apoio pretendido.-----

-----O mesmo Gabinete apresentou a situação de Maria Fernanda Custódio Monteiro Madureira, solicitado apoio para pagar as duas facturas de água em atraso no valor de trinta e oito euros e noventa e cinco cêntimos. É referido que o agregado sobrevive com uma pensão de viuvez que ronda os cento e quarenta e oito euros, que se encontra desempregada tal como um dos filhos, ambos inscritos no Centro de Emprego a aguardar uma colocação. O filho tem problemas de toxicodependência, está a fazer o

programa de "Metadona" com o acompanhamento do CAT de Santarém.-

-----A Câmara deliberou apoiar.-----

-----Foi ainda presente outra comunicação do mesmo Gabinete, informando que Suzete Sampaio Alfaiate Leonor Troca, é doente de Parkinson e por recomendação médica foi-lhe sugerida a prática de hidroginástica. É uma família monoparental com dois filhos toxicodependentes, e apenas vivem de quatrocentos e noventa e dois euros e dezanove cêntimos de pensão de viuvez.-----

-----A Câmara deliberou autorizar a frequência de hidroginástica sem o pagamento da mensalidade.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Hóquei Clube Os Tigres para reforço de ajuda ao pagamento das inscrições dos atletas na Associação de Patinagem do Ribatejo e na Federação Portuguesa de Patinagem, trezentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos.-----

-----Para as deliberações que se seguem ausentou-se da sala do Senhor Vice-Presidente.-----

-----Associação Voluntários de Almeirim para entrada na compra de ambulância, sete mil e duzentos euros.-----

-----Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, Secção de Petanca - apoio logístico para a realização do quinto Torneio Aberto em Doublete Pão Vinho e Companhia, e cem almoços no refeitório da Zona Industrial. -----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----PROGRAMA OTL - Foi presente a informação da Bibliotecária, Eulália Manso, comunicando que os jovens João Pedro Pereira Neves e Francisca Capela Martins Féria, estiveram colocados no stand da Zona Norte no âmbito do projecto de promoção da leitura, no período de um a dezoito de Julho do corrente ano, que lhe é devido o pagamento de cento e quarenta euros a cada jovem.-----

-----A Câmara deliberou pagar a referida importância.-----

-----ANMP - Foi presente a carta da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a proposta de lei que altera as taxas e os prazos de isenção previstos no Código do IMI.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento do ofício enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português enviando cópia de pergunta que formulou ao Governo, sobre a instalação e manutenção da faixa de contenção fitossanitária do nemátodo do pinheiro bravo e outras questões.-----

-----OS VERDES - Foi presente a carta do Grupo Parlamentar Os Verdes, dando conhecimento da pergunta formulada ao Governo sobre a instalação de estabelecimento prisional em montado de sobro em Almeirim.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----TRANSITO - Sob proposta do Senhor Vice-Presidente a Câmara deliberou alterar a seguinte sinalização de transito: após a requalificação da Rua Cinco de Outubro, retirar o sinal STOP existente na Rua do Pinhal no entroncamento com a Rua Cinco de Outubro e a manutenção do STOP na Rua Cinco de Outubro com a Rua do Pinhal junto ao Largo Manuel Rodrigues Pisco, Rua do Pinhal.-

-----A pedido de João Manuel Sousa Batista, residente na Rua das Laranjeiras número vinte e oito na Tapada, a Câmara deliberou mandar pintar sinalização no pavimento "zebra" frente ao seu portão da garagem, atendendo a que com muita frequência lhe estão a impedir a entrada e saída do seu carro, dificultando as saídas urgentes. Junta atestado de incapacidade motora da Delegada de Saúde certificando setenta por cento de grau de desvalorização.-----

-----VENDA DE PATRIMONIO DISPENSÁVEL À AUTARQUIA - Sob proposta

do Senhor Vereador José Carlos da Silva, a Câmara deliberou vender um Dumper em estado de sucata, e sem reparação. O Autarca apresentou a proposta de Vasco Manuel da Silva do Rosário, que oferece cinquenta euros pela compra do veículo.-----

-----A Câmara deliberou vender o veículo pelo valor apresentado e abate-lo ao património Municipal.-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 489.088,00 - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta, previamente distribuída, nos termos da qual, e com destino à Construção do Centro Escolar de Almeirim, propõe a contracção de um empréstimo de quatrocentos e oitenta e nove mil e oitenta e oito euros, com vista a financiar a parte não coberta por financiamento comunitário da obra. A proposta é documentada por Declaração da Autoridade de Gestão do INAlentejo e Demonstração da Capacidade de Endividamento e para a sua concretização deverá ser efectuado o necessário concurso.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se não foi já aprovado um outro empréstimo para o mesmo fim e o Sr. Presidente garantiu que não.-----

-----Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos contra com votos de vencidos dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício do Rosário e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Na sequência desta deliberação, a Câmara deliberou abrir concurso para a contratualização do empréstimo referido.-----

-----AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente invocou a sua proposta relativa à aquisição de terreno para construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim que foi distribuída aos Srs. Vereadores, para justificar a necessidade de aquisição do terreno, nos termos que propos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a rua de situação do terreno é estreita e não possui estacionamento, trata-se de um espaço bastante pequeno e o terreno tem uma configuração

esquisita. O espaço para as crianças brincarem é um pouco pequeno, o formato do terreno é estranho e não dá grande espaço para estacionamento. Perguntou ainda o que é o loteamento que aparece na parte traseira da planta, ao que o Sr. Presidente respondeu que é um loteamento que não existe mas que se deseja que venha a existir, dado que não se pretende que exista eternamente uma vinha junto a um equipamento escolar-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que vota a favor da construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim de necessidade patente, aliás, basta analisar os Censos de dois mil e um para constatar que aquela freguesia tem o mesmo número de habitantes que todo o concelho de Alpiarça. Mas antes do mais achalamentável que tenha conhecimento através da publicidade do PS, que consegue apurar mais detalhes que a comunicação oficial, mas também que não se procure outro local mais central, com melhores acessibilidades, já que este só dispõe de um acesso e não se vislumbra capacidade de expansão. Também não se percebe como se chegou a este valor.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse:-----

-----"Muito se tem falado muito de campanha eleitoral, mas diga-se de passagem que fazer campanha eleitoral custa mais de três milhões de investimento. Está-se a arranjar todo o tipo de argumentos contra um equipamento necessário, embora o local seja bom e central e vai dar condições para que todos os jovens do primeiro ciclo usufruam de horário único, em locais dignos, que não os contentores que, relembro, não são os melhores, mas foram os que se conseguiram arranjar para não deixar de cumprir."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, mostrou um panfleto da Câmara Municipal e perguntou quem é que mente, se o panfleto onde se afirma que já foi adquirido o terreno para o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, se o Presidente, ao agendar hoje esta deliberação e ao entregar agora aqui documentos onde a área de implantação do edifício escolar não está devidamente assinalada, quando já o está no panfleto.-----

-----E segundo o panfleto o edifício parece ficar encurralado no

terreno, com pouco espaço, por isso considera que o Executivo não se deveria precipitar.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se o terreno está de acordo com as regras do Ministério da Educação para a implementação de edifícios escolares e perguntou se a DREL aprovou o ante-projecto, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente.-----

-----Submetida a votação foi a proposta aprovada por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício, que fez voto de vencido.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto Contra e faço Voto de Vencido.-----

-----Já me chega de prisões e processos obscuros que me levantam suspeições que não terei pejo em denunciar.-----

-----Isto é completo Abuso de Poder, mais uma vez o Executivo é o último a conhecer, embora superficialmente os contornos de mais uma negociata.-----

-----Mas o que é isto?-----

-----Num panfleto que o senhor presidente distribui pelas Fazendas de Almeirim diz :-----

-----CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, será uma realidade em dois mil e dez... terrenos comprados expressamente para este efeito....-----

-----O Presidente não solicitou que lhe fossem dados poderes para negociar a aquisição dos terrenos em causa com os respectivos proprietários e celebrar os contratos promessa de compra e venda e respectivas escrituras públicas, nos termos e condições que entender [alínea f) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro].-----

-----Onde está a avaliação técnica efectuada pelos serviços, da adequabilidade daqueles terrenos e de como se trata do local adequado?-----

-----Porquê este local entre a Rua de S. Bento e Estrada Velha dos Paços, tendo em conta que:-----

-----Não é central;-----
-----A rua do acesso principal, Rua de S. Bento, não tem passeios (nem toda a gente vai de carro para a escola), Só tem duas saídas e na saída para a Rua Nova Lisboa, numa extensão de cerca de 30 m, o trânsito só pode ser feito num sentido.-----
-----É uma zona distante dos principais equipamentos desportivos e culturais da freguesia?-----
-----Onde está a declaração dos responsáveis da DHU (técnicos da Câmara) da conformidade do projecto do centro escolar e zona de loteamento proposto, com as normas legais em vigor, nomeadamente a largura de Rua Pública a abrir?-----
-----Onde está a declaração de todos os proprietários/possuidores a concordarem com o loteamento proposto?-----
-----Será que foi feita auscultação de outros terrenos, melhor localizados para este serviço público, e mais baratos? Ou trata-se de uma " pura negociata" com um familiar do presidente da junta de freguesia a quem se vai " oferecer" uma " urbanização"?-----
-----Tendo em conta que, em PDM, a Vila de Fazendas é fértil em zonas destinadas a equipamentos, quais as razões porque foram preteridas, uma vez que são zonas que não têm qualquer outra utilidade?-----
-----A localização junto ao Cemitério, onde até há vendedor interessado poderia ser um factor de desenvolvimento da zona e ter o Centro Escolar situado num local com muito maior área livre de construção. Onde se propõe parece-me um espaço exíguo.-
-----De acordo com os princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio, nenhuma despesa pode ser assumida, autorizada e paga sem que se encontre suficientemente discriminada no orçamento municipal e tenha cabimento no correspondente crédito orçamental, em rubrica de classificação orgânica e económica adequada, com saldo suficiente para a comportar (cfr. os pontos 2.3.4.2., alíneas d) e g), 2.6.1. e 3.1.1., alínea f), do POCAL

e o art.º 3.º, n.º 1, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. Na execução do orçamento das autarquias locais as despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiveram inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente (cfr. Ponto 2.3.4 - Execução orçamental, 2.3.4.2, alínea d), do POCAL, em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro).-----

-----Todos nós sabemos que este "projecto" não se encontra inscrito nem no Plano Plurianual de Actividades nem no Orçamento, por isso a violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização e pagamento de despesas é susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais, em responsabilidade financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.-----

-----Recordo-lhe que fui o primeiro a sugerir-lhe que mandasse elaborar projecto e procurasse terreno para implantar este Centro Escolar, considerando os pressupostos do concurso, ao que Vª Exª retorquiu que estava a ser demagogo. Ainda bem que algum iluminado na DREL o conseguiu convencer do contrário.-----

-----Não sendo de modo algum consensual porque estamos também perante mais uma "negociata" que não serve os interesses das populações de Fazendas de Almeirim, é reprovável que estando apenas a uma ano de um acto eleitoral vamos condicionar e tentar hipotecar, o futuro escolar das crianças, pois tenho a certeza que políticos com rigor e credibilidade uma das primeiras decisões que tomarão é anular esta negociata e tudo fazer para que este novo equipamento seja feito no local que deve ser. Certo que estas observações não merecerão, da parte de Vª Exª qualquer consideração, pois arrogantemente nem a dos seus Vereadores considera, solicito-lhe:-----

-----Compromisso que o projecto, a ser ali implantado, não sofrerá alterações, nomeadamente sacrificando (reduzindo) áreas

de recreio, jogos actividades.-----
-----Questiono-o quanto aos equipamentos agora a funcionar, que
vão ser desactivados (obviamente além dos contentores) e qual
será o seu destino?-----
-----Que contrapartidas "negociou" com os proprietários quanto
ao loteamento indicado?-----
-----Solicito-lhe todos os documentos para saber como se
encontrou a quantia de um milhão oitocentos e cinquenta mil
euros.-----
-----Voto pois contra e faço voto de vencido, não renunciando a
tomar as medidas que entenda justas de modo a responsabilizar
aqueles que cometem tão grandes violações das normas legais e
prejudicam claramente os interesses públicos municipais."-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, não obstante todo
o procedimento em relação à aquisição deste terreno ser muito
pouco esclarecedor, mas tendo sido aqui informada pela maioria
PS que os terrenos a adquirir se adequaram devidamente às
necessidades decorrentes do projecto e que foi dado o aval da
DREL ao terreno , se bem que não apresentaram nenhum documento.
A Vereadora dá o seu voto favorável à aquisição fazendo fé no
que foi dito."-----
-----ESPLANADAS - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha voltou a
reiterar o seu pedido de informação de licenciamento de bares e
esplanadas e respectivos horários.-----

-----Às dezoito horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a
reunião.-----
-----E eu, _____, Assistente Administrativo
da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa